

O papel do Ensino Superior no quadro do Desenvolvimento em Moçambique

Padre Alberto Ferreira

aferreira@ucm.ac.mz

Professor Associado

Reitor da Universidade Católica de Moçambique

Resumo

O presente artigo procura apresentar alguns elementos reflexivos em torno do papel do Ensino Superior em Moçambique no quadro do Desenvolvimento social das comunidades locais. Na realidade, falar de desenvolvimento não é uma tarefa fácil, uma vez que estamos perante uma polissemia de significados, dependendo da perspectiva defendida. O olhar que privilegiamos, neste texto, pretende enfatizar o papel da produção de conhecimento científico nas universidades e o modo como ele é utilizado do ponto de vista social e no contexto das comunidades locais, onde as universidades exercem a sua actividade formativa, científica e de extensão comunitária. O desafio do ensino superior inscreve-se, neste sentido, no exercício da responsabilidade educativa e social do capital científico produzido e das implicações sociais que este pode gerar na procura de soluções sociais que respondam aos desafios de um desenvolvimento social sustentado. Por conseguinte, importa que as instituições do ensino superior, em Moçambique, procurem investir na produção de conhecimento científico útil e gerador de ferramentas cognitivas que estejam ao alcance de todos os cidadãos, de modo a potenciarmos literacias inclusivas.

Palavras-chave: Ensino Superior, Responsabilidade Social, Capital Científico e Social, Desenvolvimento Sustentável

Abstract

This article aims to present some reflections on the role of Higher Education in Mozambique within the framework of local community social development. It is not easy to talk of development since it can be defined in a multiplicity of ways depending upon the point of view taken. In this article, we define social development as the production of scientific knowledge in universities and the ways in which such knowledge is used in the social context of local communities where universities carry out their teaching, research and community extension activities. The challenge which faces Higher Education is to exercise a social and educational responsibility for the scientific capital which it produces and for the social implications which it could create in the search for social solutions that respond to the needs of sustainable social development. Consequently, it is vital that Higher Education institutions in Mozambique seek to invest in producing useful scientific knowledge and cognitive instruments that are within the reach of all citizens thereby strengthening inclusive literacies.

Key Words: Higher Education; Social Responsibility; Social and Scientific Capital; Sustainable Development

Introdução

A educação superior em Moçambique tem vindo, nos últimos anos, a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, em geral e das comunidades locais em particular, através da inovação científica e tecnológica. De facto, na fase actual, assiste-se à expansão do Ensino Superior ao nível de todas as Províncias e nalguns distritos do País, tanto de estabelecimentos públicos quanto privados.

Este artigo procura dar conta da história da génese da educação superior em Moçambique, os seus ganhos ou o contributo para o desenvolvimento do país ao longo dos 50 anos da sua existência.

De modo particular, aborda-se o papel do Ensino Superior público e privado, fazendo uma referência especial ao papel da Universidade Católica de Moçambique e à sua vocação, bem como a especificidade dos *curricula* no quadro da sua expansão e dentro dos esforços de cooperação interuniversitária.

Em termos sintéticos, este texto esforça-se por (i) estabelecer a relação existente entre o Ensino Superior e o Desenvolvimento na Sociedade Moçambicana; (ii) caracterizar o estágio actual do Ensino Superior em Moçambique; (iii) indicar alguns factores da sua expansão; (iv) referir as perspectivas políticas em jogo; (v) sublinhar as prioridades e desafios colocados ao Ensino Superior em Moçambique; (vi) perspectivar o papel da UCM no contexto do Ensino Superior moçambicano.

Os Conceitos “Educação” e “Desenvolvimento”

Antes de nos debruçarmos sobre a relação entre a **Educação o Desenvolvimento**, procuraremos apresentar as definições destes dois termos a partir da perspectiva de alguns autores.

O conceito de educação

Libâneo (1999) define a educação como um processo de desenvolvimento multidimensional da personalidade, isto é, um desenvolvimento integral da pessoa, desde as qualidades humanas, físicas, morais e intelectuais.

Para Delors (1996), a educação não é senão um processo que exige um venerável respeito pelas características, intimidades e valores da pessoa. Este autor defende que a educação assenta em quatro pilares de aprendizagens fundamentais: (i) aprender a conhecer, (ii) aprender a fazer, (iii) aprender a viver juntos e (iv) aprender a ser.

Tanto Libâneo (1999) como Delors (1996) consideram a educação como um processo no qual está envolvida a pessoa humana em todas as suas dimensões.

Por seu turno, Mialaret (1980) concebe a educação a partir três vertentes: (i) a educação como instituição (sistema educativo), (ii) a educação como resultado de uma acção (produto da educação) e (iii) a educação como processo de socialização (processo que envolve a comunicação intersubjectiva).

O documento produzido pelo *Banco Mundial*, em 1992, encara a educação como a pedra angular sem a qual não seria possível erguer o grande edifício do crescimento económico a par do desenvolvimento social. Nesta acepção, a educação proporciona a melhoria do bem-estar das pessoas, dado que possibilita o aumento da capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, económicas e científicas, contribuindo, deste modo, para o incremento do nível da qualidade de vida, particularmente nos países em vias de desenvolvimento.

Saha e Fagerling (1989) concebem a educação como um agente de mudança e desenvolvimento, ou de melhoria da capacidade produtiva de um país.

As concepções, apresentadas por estes autores, assentam as suas ideias na mesma linha de raciocínio ao se referirem a educação como meio para aquisição de conhecimentos, de valores sociais, ou como um agente de mudança e desenvolvimento. Isto só prova que a educação é algo que tem a ver com o desenvolvimento da sociedade, em geral, e do indivíduo em particular.

A nossa intervenção, nesta Conferência Internacional, ocupar-se-á da educação, privilegiando a vertente institucional ou, por outras palavras, do sistema educativo estruturado, pois, iremos falar do Sistema Educativo moçambicano, que procura promover a oferta de serviços educativos de qualidade e com equidade, formando cidadãos que contribuam para o desenvolvimento económico e social do país.

O conceito de desenvolvimento

Tal como a educação, o termo desenvolvimento tem vários significados. Durante muito tempo foi entendido, quase exclusivamente, como sinónimo de crescimento económico.

Da década 50 para cá, este termo começou a assumir novos contornos, valorizando não apenas o crescimento económico, mas, também, a capacidade produtiva dos povos.

Ainda Delors (1996) sustenta que o desenvolvimento passa pela capacidade dos seres humanos dominarem e organizarem o meio ambiente envolvente em função das suas necessidades. O desenvolvimento realiza-se graças ao domínio da ciência, da educação e de novas tecnologias, as quais tendem impulsionar um comportamento inovador.

Para Perine (2002), o desenvolvimento constitui um processo complexo, que envolve a melhoria social, económica e cultural dos indivíduos e da própria sociedade. Melhoria, aqui, pressupõe a capacidade de satisfação das necessidades básicas, emocionais das populações.

Face às perspectivas convocadas, surge logo a ideia de que Moçambique ainda precisa de algum tempo para ascender ao desenvolvimento de forma sustentável e numa óptica integrada, se

bem que está a caminho. Naturalmente, neste caminho, podemos considerar que as partilhas de bens materiais e intelectuais estão na base do progresso comum.

A *teoria do capital humano* advoga que é o investimento nas pessoas que gera desenvolvimento, já que a existência de uma população educada fornece um tipo de trabalho para o crescimento económico.

Nesta linha, Schultz (1961) afirma que a via mais rápida de desenvolvimento é o aprimoramento do nível educacional humano. A conclusão deste autor (Schultz, 1961) é a de que o elevado grau de escolaridade dos trabalhadores corresponde ao elevado nível de produtividade, sendo a educação, neste sentido, um investimento.

Assim, a eficiência do desenvolvimento nacional implica necessariamente o aperfeiçoamento da população (capital humano); todavia, o aperfeiçoamento em causa requer inevitavelmente a educação.

Segundo a *teoria de modernização*, o desenvolvimento acontece na medida em que houver mudança quanto ao modo de pensar das pessoas e no seio das instituições modernas.

Olhando para as políticas do País, podemos constatar que Moçambique se apoia nas ideias defendidas pelo Banco Mundial, que vê a educação como um meio fundamental para a promoção do crescimento económico e a possível redução de pobreza absoluta.

Moçambique, também, se deixa inspirar pelas teorias de capital humano e de modernização para se aproximar do objectivo traçado pelo Banco Mundial, que preconiza que “investir na educação é promover o crescimento económico rumo ao desenvolvimento”.

Outros autores (entre outros, Chabbott & Ramirez, 2000) explicam a relação entre educação e desenvolvimento, analisando os efeitos daquela no desenvolvimento económico, político e cultural. Para estes autores, a educação é, por um lado, consequência do desenvolvimento político, económico e cultural e, por outro lado, o desenvolvimento político, económico e cultural pode ser consequência do desenvolvimento do sistema educativo em geral, e do Ensino Superior em particular.

A reflexão sobre ***o papel do ensino superior no quadro do desenvolvimento*** tem como premissa o seguinte ponto de partida:

Moçambique, sobretudo, nos últimos anos tem vindo a envidar esforços no sentido de proporcionar aos moçambicanos, em geral, uma formação superior como tentativa de resposta aos desafios da globalização a que o país está sujeito.

Daí a política de expansão do Ensino Superior de que falaremos mais adiante. Para já, importa contextualizar a génese e as políticas que tendem a impulsionar o ensino superior em Moçambique.

Génese e políticas do ensino superior em Moçambique

A sua génese

Em termos oficiais, o ensino superior em Moçambique teve origem a 21 de Agosto de 1962, altura em que o Sistema Colonial Português instituiu este tipo de ensino na então cidade de Lourenço Marques, actual cidade de Maputo, capital do País, principalmente para os filhos dos colonos que se encontravam na então chamada Província Ultramarina Portuguesa. A instituição erecta levava o nome de *Estudos Gerais de Moçambique*. Antes deste período, tinha sido instituída, nos anos 30, a *Sociedade de Estudos de Moçambique*.

Em 1975, Moçambique tornou-se independente; a instituição que ostentava o nome de *Estudos Gerais de Moçambique* foi reestruturada, tendo em conta as mudanças políticas, socioeconómicas e culturais do País, e em 1976, recebeu o nome de Universidade Eduardo Mondlane.

Após a independência, o ensino superior foi exclusivamente organizado pelo Governo Central; e só com o colapso do socialismo, e sobretudo a partir de 1993, altura em que o Governo de Moçambique permitiu a abertura de Universidades privadas, o cenário do ensino superior ficou alterado, quanto à sua provisão no País.

O advento do pluralismo político e social, a adopção da economia de livre mercado, o incremento de capitais privados em diversos sectores de actividades podem ser apontados como alguns dos factores que contribuíram para o surgimento de instituições privadas.

Políticas

Como já foi referido (Libâneo, 1999), o ensino superior pode ser entendido como um processo formativo integrado, valorizando não só a componente intelectual, mas também as vertentes sociais, morais e culturais. Este modo de conceber a educação está em perfeita sintonia com o pensamento católico expresso na *Declaração Gravissimum Educationis* (sobre a Educação cristã), do Concílio Ecuménico do Vaticano II.

A reflexão sobre esta temática pode ser inaugurada através da seguinte questão: *como é que o Ensino Superior pode contribuir para o desenvolvimento dum País?*

A resposta à questão não é directa. Podemos começar por dizer que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm, num certo sentido, a responsabilidade de produzir conhecimento orientado para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

É nestes termos que o Governo de Moçambique entende que a criação e expansão de estabelecimentos de ensino superior públicos e privados favorecem a formação do capital humano, num momento importante em que se operam transformações socioeconómicas. Por seu turno, dada a sua contribuição para induzir a criatividade, a inovação e o desenvolvimento sustentável, as IES convencem-se que o conhecimento constitui, para qualquer sociedade, um

recurso, uma fonte sustentável de geração de desenvolvimento, ou seja, uma das chaves privilegiadas para criar uma consciência crítica, combater as desigualdades sociais e preparar recursos humanos capazes de actuar nos diversos âmbitos da vida social: da economia à política, da saúde à justiça e defesa dos direitos humanos, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Nesta linha de princípios, as IES esforçam-se por formar profissionais qualificados, ou capazes de usar adequadamente o know-how para a melhoria da sua própria vida e a dos seus concidadãos.

Uma nova política

Sabe-se que, em quase todo o mundo, o Ensino Superior, mormente aquele que é organizado pelo Estado, inscreve-se em ciclos e com características similares, tendo como preocupação central a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Com efeito, Paulo Meksenas (1988, p. 29) observa que a sociedade alterou a sua visão do mundo sob o capitalismo, ao entrar nos séculos XVIII e XIX, pois, passou a privilegiar a ciência e a técnica para acelerar o desenvolvimento. Foi daqui que surgiu o individualismo, levando a que o Estado pouco ou quase nada se preocupasse com a educação integral dos cidadãos.

Com o advento do capitalismo e da divisão de funções, o processo de inserção da pessoa na sociedade e no mercado de trabalho passou a ser feito a partir daquilo que ela sabe fazer mais do que aquilo que é, enquanto tal.

No processo destas mutações socioeconómicas, a educação abdicou a tarefa de assegurar, antes de mais, o desenvolvimento integral da pessoa, ou o desenvolvimento harmónico das qualidades (humanas, físicas, intelectuais, morais e espirituais) que respondam às expectativas educativas existentes no meio social em que essa pessoa se insere.

Como consequência disso, a sociedade actual herdou a crise que está a enfrentar, sobretudo, na escala de valores; crise essa que, como observa Arnaldo Niskier (2007, p. 25), não tem poupado as instituições sociais, a família, a escola e a cultura.

Para alterar esta situação, o Concílio Vaticano II, na *Declaração Gravissimum Educationis* (sobre a Educação Cristã), insta a sociedade a recriar vínculos sociais e a participar na recomposição “dos valores éticos que dêem sentido à existência e aos admiráveis progressos da técnica e da investigação científica”.

Também vários profissionais das Ciências Sociais têm defendido a ideia segundo a qual uma formação que se preze como tal não pode ser feita sem aprofundar experiências educativas integradoras. Caso isso não aconteça, o processo educativo, que era visto como portador de conteúdos dinâmicos, continuará a perder força, passando a ser pura e simplesmente um processo que difunde conteúdos obsoletos.

Expansão do ensino superior e seu impacto social

Constatamos que, na sequência das mudanças políticas e socioeconómicas em Moçambique, o ensino superior passou a desempenhar um papel preponderante, no que diz respeito à sua grave responsabilidade de formar homens e mulheres íntegros, capazes de enfrentar os novos desafios que a sociedade impõe.

Se analisarmos o *Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique (2012-2020)*, iremos notar que as estratégias, desenhadas pelo Governo, se servem de outros documentos sobre as políticas de Desenvolvimento, como o *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)*, os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio e outros planos para o desenvolvimento económico e social que reflectem os compromissos tanto do governo como dos seus parceiros externos, mostrando a preocupação em expandir o ensino superior e ascender ao desenvolvimento económico e social.

É um dado de facto que, hoje, muitos moçambicanos não precisam de sair da sua província, ou mesmo do seu distrito de origem para frequentar uma instituição do ensino superior. Isto significa que o ensino superior em Moçambique passou a desempenhar, sobremaneira, um papel de grande relevo na mudança do paradigma que, por muito tempo, procurou vincar a ideia de que o ensino superior apenas floresce nos grandes centros urbanos.

Com efeito, se formos a ver os dados estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique (2011), notamos que o número de estudantes subiu vertiginosamente, nos últimos anos, o que leva a que o País continue com o programa de expansão do ensino superior.

No entanto, o Governo de Moçambique sabe que não basta expandir o ensino superior sem que seja acompanhado pela contínua melhoria da qualidade dos cursos/programas académicos oferecidos pelas IES do País.

O Ministério da Educação (MINED), que superintende a área do ensino superior, tem prestado peculiar atenção ao cumprimento dos padrões de qualidade, tendo em vista uma formação de qualidade e altamente competitiva.

Dos padrões adoptados pelo MINED, sobressai o *Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior*, que inclui os subsistemas de avaliação interna, de avaliação externa e de acreditação periódica de programas, a ser feita pelo *Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade* em todas as instituições de Ensino Superior públicas e privadas do País.

Ainda no quadro de esforços envidados pelo Governo, o MINED produziu o *Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020)*, que prevê promover e intensificar de forma significativa a formação do corpo docente, através da introdução de mais programas de pós-graduação nas instituições de Ensino Superior.

A aprovação e implementação do *Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos* e o *Quadro Nacional de Qualificações Académicas do Ensino Superior* destacam-se

entre as medidas que concorrem para a crescente melhoria da qualidade do ensino e a mobilidade dos estudantes.

Estas e outras medidas do MINED visam propiciar maior competitividade da força laboral, ou da empregabilidade dos graduados ao nível do País, da região e do mundo.

Podemos concluir que, na fase actual, com os seus conteúdos e práticas de investigação, as IES já se mostram capazes de responder às exigências da sociedade em geral e das comunidades locais em particular; aliás, o ensino superior no País tem provado que está a ganhar maior relevância.

Quanto aos profissionais qualificados, constatamos que as IES do País têm contribuído para a preparação de quadros capazes de responder às exigências do mercado de trabalho e da pesquisa científica.

Já ganhou corpo a ideia de que as IES em Moçambique, seja qual for a sua localização e seus *curricula*, têm a incontornável missão de desenvolver ideias inovadoras que podem ajudar à sociedade moçambicana a transformar em riqueza os recursos existentes no País.

Com efeito, as IES têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem. Por sua vez, as comunidades já sentem de forma palpável que vale a pena acolher o ensino superior no seu seio, sobretudo, pela capacidade de este imprimir mudanças positivas nas suas vidas.

Por outras palavras, as IES têm sido chamadas a disseminar o conhecimento em favor da sociedade civil, através de cursos de curta duração para a formação de agricultores, homens e mulheres de negócios de pequenas e médias empresas, assistência jurídica, feiras de saúde, formação de activistas de várias ONG's, etc.

Perspectivas do ensino superior em Moçambique

O Ensino Superior em Moçambique está na agenda das prioridades do Governo.

Se considerarmos o exposto acima, podemos perceber que a educação desempenha um papel preponderante no processo de desenvolvimento da sociedade, pois responde pela área de capacitação e preparação do homem - capital humano.

Como dissemos, de antemão, as medidas de supervisão e controlo das IES visam garantir um funcionamento com regras claras e competitividade mais ou menos aceitável.

Nas estratégias relacionadas com o Ensino Superior, o Governo de Moçambique definiu algumas áreas prioritárias para o Ensino Superior, nomeadamente: (1) a melhoria da qualidade; (2) a expansão e o acesso; (3) a gestão e a democraticidade; (4) o financiamento e infra-estruturas; (5) a governação, a fiscalização e regulação; (6) a investigação, a extensão, a internacionalização e a integração regional.

Estas medidas são encaradas pelo MINED e pelas IES do País não somente como determinantes para elevar a qualidade de ensino, mas também um passo importante para estancar o problema dos chamados “docentes turbos”, isto é, docentes que com frequência têm leccionado em mais de uma instituição de ensino superior.

A Educação Superior e as prioridades de Moçambique

Moçambique tem, nos últimos anos, conhecido um movimento invulgar de empresas interessadas em investir nas áreas da indústria extractiva, dadas as novas descobertas de recursos naturais, tais como as *Areias Pesadas de Moma* (província de Nampula), o *Gás Natural* e o *Petróleo na Bacia do Rovuma* (Província de Delgado), e a *Extracção de Minas de Carvão de Moatize*, na província de Tete.

É aqui onde o País vê o maior desafio colocado às IES que, uma vez que se torna urgente a criação de novos cursos/programas académicos julgados relevantes para o desenvolvimento.

Assim, ao querer formar moçambicanos em matérias de geologia e minas, ou indústria extractiva, no meio de todas as suas limitações, a UCM começou um projecto formativo na Província de Tete, a fim de permitir que Moçambique esteja dotado de quadros disponíveis e não dependa quase sempre de importação de mão-de-obra qualificada de fora.

Podemos afirmar, que com a formação de quadros de nível superior, as transformações socioeconómicas que no País têm atraído elevados volumes de investimentos estrangeiros serão, daqui a alguns anos, asseguradas por profissionais moçambicanos capazes de contribuir para a gestão de novas dinâmicas da economia. Esta não será uma das formas de empoderar a sociedade?

Universidade Católica de Moçambique: qualidade e inovação para o desenvolvimento

O Conselho de Ministros autorizou a criação da Universidade Católica de Moçambique através do Decreto 43/95 de 14 de Setembro e a Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) anunciava, nesse ano, a intenção de criar a UCM. Só a 10 de Agosto de 1996, foram abertas por esta Universidade a Faculdade de Economia e Gestão (Beira) e a Faculdade de Direito (Nampula). Desde o início constitui preocupação da Universidade Católica de Moçambique garantir, na mutação cultural, a presença do pensamento cristão, assegurado e credenciado pela qualidade académica e pela formação integral dos estudantes.

A Universidade Católica de Moçambique entende que o compromisso com a educação para o desenvolvimento não pode subestimar os problemas actuais que afligem o Continente Africano, tais como a má gestão da riqueza e a falta da distribuição equitativa dos recursos, a falta do espírito de competitividade, o enfraquecimento dos padrões éticos e a questão da qualidade da

educação. Estes problemas existem como um crescente desafio em África e impedem a realização de um desenvolvimento integral e solidário.

Do nosso ponto de vista, uma das tarefas fundamentais da educação superior não é apenas formar intelectualmente as gerações actuais, mas também contribuir para que os jovens advirtam a necessidade de superar a cultura individualista, abraçando o espírito de interdependência e solidariedade.

Se quiséssemos adiantar uma sugestão, olhando para a vocação das Universidades, diria que o compromisso mais sério com a educação para o desenvolvimento do País passa incontornavelmente pela adopção da exigência de modelos de desenvolvimento que prevejam a construção, na sociedade, de uma vida mais digna.

Por outras palavras, a vocação natural da Universidade consiste em contribuir para a elevação das potencialidades intelectuais, da criatividade e da dignidade inalienável da pessoa humana. Nesta óptica, as Universidades Católicas são chamadas a propor uma obra educativa e cultural, incutindo nos jovens e/ou adultos a formação de uma personalidade madura, de um elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo.

Daí que nos seus *curricula* a Universidade Católica de Moçambique contempla disciplinas como a *Doutrina Social da Igreja, Mundividência Cristã, Ética Social e Ética Profissional...*, além das actividades extracurriculares, tais como a *Pastoral Universitária e Reflexões* promovidas pelos Núcleos e Associações dos Estudantes, entre outras.

Este modo de encarar a educação superior reforça a convicção de que a fundamental missão da Universidade Católica não é senão preparar integralmente profissionais de que a sociedade necessita.

Conclusão

À guisa de conclusão, gostaríamos de observar que as IES deveriam preocupar-se com a formação integral dos seus estudantes.

A Universidade dos nossos dias, para ser digna do seu nome e fiel às suas tradições, tem de voltar a pôr em primeiro lugar a síntese entre o saber, o saber-fazer e o saber-ser.

A escolarização e o ensino superior não estariam revestidos de pertinência, se não se colocassem ao serviço de melhoria da qualidade de vida do povo moçambicano.

De acordo com a *Declaração Mundial sobre a Educação Superior da Unesco*, “a pertinência da educação superior deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isto requer normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho”.

Na verdade, se quisermos ler a história da génese das IES, concluiremos que a missão da Universidade medieval, dentro do espírito que a dominava, não era apenas ensinar aos alunos a

buscar soluções aos problemas relacionados com a profissão que iriam abraçar, mas era também, e sobretudo, ensinar-lhes a colocar de forma hierárquica esses problemas no quadro unitário da ciência cultivada.

Com o andar dos tempos, a visão unitária do saber humano foi gravemente mutilada, ou seja, a Universidade foi obrigada a renunciar à sua missão primordial: a de realizar a síntese das ciências, ou procurar estabelecer a sua interdependência e hierarquização dentro da visão unitária do saber humano.

Assim, o mundo veio a conhecer uma autêntica fragmentação do ensino universitário, ou melhor dito, a Universidade deixou de formar integralmente as pessoas, para passar simplesmente a criar técnicos.

Mesmo assim, a Universidade não deixou de ser uma instituição académica que continua a impulsionar para transformações sociais, culturais e históricas e avança sempre para novas descobertas do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (2004). *O capital social: Notas provisórias*. In Escritos de Educação (6.ª ed.). Brasil: Editora Vozes.

Concílio Ecuménico Vaticano II (1987). *Constituições, Decretos, Declarações e Documentos Pontifícios* (11.ª ed.). Braga: Editorial A.O.

Chabbott, C., & Ramirez, F. (2000). *Development and education*. In M. Hallinen (Ed.), *Handbook of the sociology of education*. New York: Springer.

Ministério da Educação (2012). *Plano Estratégico 2012-2020*. Maputo: Imprensa Universitária.

Ministério da Educação (2012). *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2011*. Maputo: Edição MINED.

Delors, J. et al. (1996). *A educação: Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições ASA.

Libâneo, J. C. (1999). *Didáctica*. São Paulo: Cortez.

Meksenas, P. (1988). *Sociologia da educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social* (2.ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Mialaret, G. (1980). *As ciências da educação* (2.ª ed.). Lisboa: Moraes Editores.

Perine, M. (2002). *Por uma universidade crítica: Ética, política e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PNUD (2003). *Relatório do desenvolvimento humano (RDH)*. Lisboa: Serviço de Recursos Editoriais.

Saha, L., & Fagerling, I. (1989). Education and development. In The *International encyclopedia of education* (2.^a ed.). Oxford: Pergamon Press.

Schultz, T. W. (1961). Education and economic growth. In N.B. Hanry (Ed.), *Social forces influencing american education*. Chicago: University of Chicago Press.

Tommasi, L. et al. (1995). *O banco mundial e as politicas educacionais* (3.^a ed.). São Paulo: Cortez Editora.